

Há várias esquerdas atuando no Brasil de 2017. O que este texto busca resumir é um dos pontos de vista existentes na militância do Partido dos Trabalhadores, mais precisamente o da tendência petista Articulação de Esquerda, fundada em 1993.

Para nós, o ponto de partida de uma estratégia – ou seja, o caminho que a classe trabalhadora deve trilhar para conquistar o poder e construir o socialismo—é a análise das classes e da luta de classes. Ou seja, a análise do desenvolvimento capitalista, de suas contradições e de suas tendências de desenvolvimento futuro.

As características estruturais do capitalismo mundial determinam as margens de manobra do capitalismo brasileiro e, por conseguinte, determinam alguns dos limites e possibilidades da luta pelo socialismo no Brasil.

As principais características do atual cenário mundial são *as crises, as guerras e a instabilidade generalizada*. Estas características ao mesmo tempo *atualizam e recolocam num patamar superior* as contradições e os conflitos entre as classes sociais e os Estados, ao mesmo que tempo que fortalecem a possibilidade de *desfechos revolucionários e contrarrevolucionários*.

As características citadas no ponto anterior decorrem de um conjunto de fatores, surgidos em diferentes momentos da história recente, mas que hoje se conjugam na composição do cenário internacional. Citamos entre estes fatores: a) a hegemonia sem precedentes do capitalismo no mundo, que nunca foi tão capitalista quanto é hoje; b) a natureza do capitalismo contemporâneo, dominado pelo capital financeiro, que por sua vez está assentado e depende enormemente da concentração e centralização do capital; c) a profunda e duradoura crise do capitalismo, cujas causas e efeitos não foram superadas, pelo contrário; d) o declínio relativo da potência hegemônica, os Estados Unidos, que perderam peso econômico, vivem uma crise interna de grandes proporções e tem sua hegemonia crescentemente contestada; e) a ascensão de outros polos de poder, produzindo uma situação mundial crescentemente multipolar, o que não significa necessariamente um mundo pacífico; f) a formação de blocos, acordos e tratados, sintomas de desarranjo e crise, não de ordem e estabilidade; g) a disputa entre diferentes vias de desenvolvimento capitalista, cabendo às alternativas socialistas uma pequena influência, pois neste momento estão mais fracas do que já foram antes; h) a defensiva estratégica da classe trabalhadora, com o aumento das taxas de exploração, redução na remuneração, piora nas condições de trabalho e reversão de direitos sociais, conjugada com grande pressão por aumento da produtividade.

* Filiado ao Partido dos Trabalhadores e professor de relações internacionais na Universidade Federal do ABC.

Vivemos, portanto, um momento de crise do capitalismo, conclamando o socialismo como alternativa prática. Um capitalismo que resiste a qualquer reforma, o que coloca sobre a mesa a necessidade de rupturas revolucionárias. Um momento de agudização das agressões e contradições inter-imperialistas, o que repõe a necessidade de alianças táticas e estratégicas entre as classes trabalhadoras de todo o mundo, a começar por nossa região; e, num outro nível, coloca a necessidade de alianças táticas ou estratégicas entre governos que estejam em conflito com os Estados Unidos e seus aliados.

Até a crise internacional de 2008, os governos “progressistas e de esquerda” na região da América Latina e Caribe vinham conseguindo contornar seus limites, contradições e erros. Mas a partir da crise internacional de 2008, agravou-se um conjunto de problemas que já vinham se acumulando (fadiga de material, limites e contradições da estratégia adotada, timidez nas políticas de integração, políticas macroeconômicas que mantiveram a predominância do setor agroexportador e o peso do setor financeiro etc.).

Neste contexto, as classes dominantes locais e seus aliados internacionais desencadearam uma “ofensiva geral” contra as conquistas e os direitos políticos, econômicos e sociais da classe trabalhadora. Confirmou-se então que a dependência externa continuava sendo uma variável fundamental a superar, através da integração regional, da industrialização, do fortalecimento do Estado e da soberania nacional, em todos os seus aspectos, do alimentar à defesa, passando pela comunicação; mas revelando, sobretudo, que a dominação capitalista também continua sendo uma variável fundamental a superar.

Ontem como hoje, um dos componentes desta estratégia continuará sendo a integração da América Latina e do Caribe. O mínimo denominador continuará sendo a integração regional, o desenvolvimento soberano, a ampliação do bem-estar social e das liberdades democráticas dos nossos povos. Mas nesta nova estratégia, será necessário destacar que nossa aspiração e meta é construir uma *Nuestra América socialista*.

Do ponto de vista mais amplo, nosso objetivo final é abrir um novo ciclo de experiências de construção do socialismo, portanto um novo ciclo de tentativas de superar o capitalismo e de construir uma transição socialista em direção a uma sociedade comunista.

O ciclo anterior de tentativas de construção do socialismo teve origem na Revolução Russa de 1917, que deu origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Há um imenso debate acerca da experiência soviética e também acerca do chamado “caminho chinês”. Seja qual for a posição adotada neste debate, não há como saber quando e através de que processos terá início uma nova etapa de ofensiva estratégica do movimento socialista.

Também por isto, devemos estar preparados para uma longa jornada de lutas contra o capitalismo e também de transição socialista. Para os marxistas, socialistas e revolucionários do século XIX, transição socialista seria relativamente rápida. Hoje não temos o direito de nos iludir a respeito: a transição socialista será longa, acidentada, cheia de riscos de derrota e retrocesso.

Mas também devemos estar conscientes de que vivemos uma quadra histórica onde está recolocada a possibilidade e a necessidade de grandes revoluções socialistas. O que coexiste com riscos de um imenso retrocesso político, econômico e social.

Desde 2005 temos defendido a necessidade de que o PT adotasse uma nova estratégia e um novo padrão de funcionamento partidário. Em alguma medida, esta necessidade foi reconhecida pela resolução sobre estratégia e programa aprovada pelo 6º Congresso Nacional do PT. Desta resolução, extraímos os parágrafos a seguir:

A formação de uma maioria social, política e eleitoral que sustente nossa estratégia deve estar ancorada em um programa que responda às angústias do povo brasileiro e aos entraves para o desenvolvimento nacional com reformas que desatem os nós impostos pelo capitalismo monopolista e orientem políticas públicas a serem adotadas ao se reconquistar o governo nacional.

As reformas estruturais – de cunho democrático, antimonopolista, antilatifundiário, anti-imperialista e libertário – representam plataforma capaz de agregar amplas parcelas da população, das classes trabalhadoras aos pequenos e médios empresários, o mundo da cultura e a juventude, as mulheres e a população lgbtt, os negros e os índios, os pobres da cidade e do campo. Trata-se, afinal, de tarefas inconclusas ou negadas pela hegemonia burguesa no Brasil, cuja realização romperia o dique da superexploração do trabalho, da exclusão social e da dependência nacional, da plutocracia política e do autoritarismo estatal, ao mesmo tempo em que se avançaria no rumo de uma sociedade pós-capitalista.

Tais propostas buscam abrir a transição para outro sistema econômico-social, dotando o país de um modelo que, sustentado pelo dinamismo do mercado interno e a centralidade do consumo coletivo, na forma de obras de infraestrutura e serviços públicos universais, promova a reindustrialização acelerada, o desenvolvimento regional, a autossuficiência agrícola, a independência financeira, a soberania nacional e a integração continental.

A principal bandeira de nosso programa é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, destinada a reorganizar estruturalmente o Estado brasileiro e aprovar reformas que reorganizem suas bases socioeconômicas e institucionais, dilaceradas pelo governo usurpador. A democratização das instituições brasileiras é preâmbulo indispensável para as demais reformas estruturais.

A política de alianças, incluindo as coalizões eleitorais, deve aglutinar quem partilhe de uma perspectiva anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiária e radicalmente democrática. Aponta para um governo encabeçado pelo PT, Lula presidente, com partidos, correntes e personalidades que estabeleçam compromisso programático dessa natureza. A consolidação de uma esquerda antissistema, com clara identidade de projeto, constitui elemento central de nossa orientação política.

Ao retomarmos o fio da meada da estratégia democrático-popular, estabelecida ao longo da história de nosso partido, enriquecida pelas lições do período de governo e atualizada aos novos problemas nacionais, o Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a construção do caminho brasileiro ao socialismo e com a luta do povo brasileiro por sua plena emancipação.

Estamos de acordo com o sentido geral do que é dito nos parágrafos acima. Agregamos que a experiência recente mostra que não apenas é necessário mudar, como é necessário fazer isto rápido, pois a reação conservadora é inevitável, não importa o quanto sejamos “moderados” e “republicanos” no exercício do governo.

Trata-se de abandonar completamente qualquer ilusão no “republicanismo” que – mesmo quando professa o contrário – na prática trata o aparato de Estado como neutro. O Estado possui uma natureza de classe; e do que precisamos é de um Estado que não seja, como o atual, construído e controlado pela classe dos capitalistas.

O êxito de uma nova estratégia dependerá da reconexão entre o Partido e os setores populares, em particular a classe dos trabalhadores assalariados.

Para conseguirmos isto, será necessário: a) a prioridade absoluta para o trabalho cotidiano junto às classes trabalhadoras, na ação de governos e parlamentares, na pauta das instâncias, na criação de núcleos por local de trabalho e moradia, na organização da juventude e das mulheres trabalhadoras, no fortalecimento da CUT e do trabalho sindical; b) uma linha política e um trabalho de comunicação diário, voltado à conscientização, organização e mobilização das classes trabalhadoras; c) o desenvolvimento de novas “técnicas” de trabalho de massa, especialmente aquele voltado aos setores da classe trabalhadora que estão excluídos do mercado de trabalho, aos que atuam em categorias de alto nível de terceirização e rotatividade, aos que não conheceram a fase de auge do sindicalismo combativo; d) a preparação do Partido e das organizações sindicais e populares para uma etapa da luta de classes em que a classe dominante lançará mão, de maneira combinada ou não, ações de desmoralização midiática, repressão estatal, agressões para-militares e mobilização de natureza fascista; e) a completa formulação e aplicação de uma estratégia e de um funcionamento partidários de novo tipo, “para tempos de guerra”; f) a compreensão o mais científica que for possível acerca das classes e da luta de classes, tal como existem na sociedade brasileira hoje, muito diferente do que existia em 1980 ou em 2002.

O território, a população, a economia, a sociedade, a política e a cultura do que hoje chamamos de Brasil se constituíram ao longo dos últimos séculos, num processo marcado por quatro grandes características: a dependência externa, a desigualdade social, a democracia oligárquica e o desenvolvimento limitado.

Parte da sociedade brasileira cultivou esperanças de superar este padrão de desenvolvimento limitado a partir de 1930 e, novamente, a partir de 2003.

A urbanização, a industrialização, o fortalecimento do Estado, as transformações sociais, políticas e culturais ocorridas a partir de 1930 foram de grande dimensão. Entretanto, o ciclo de desenvolvimento aberto na Revolução de 1930 atingiu um ponto de esgotamento por volta de 1980. E, ao final da década dos oitenta, ficou claro que a classe dominante escolhera o caminho do chamado neoliberalismo, acarretando a destruição de parte importante dos avanços acumulados nas últimas décadas e retornando ao padrão de crescimento limitado.

Com a posse do presidente Lula, em 2003, voltaram as esperanças na superação daquele padrão de desenvolvimento limitado. Mas estas esperanças não tinham correspondência com as políticas

efetivamente adotadas, que não conseguiram desbancar a hegemonia do capital financeiro nem reverter o processo de desindustrialização. Ademais, em 2016, através do impeachment, as forças adeptas das políticas neoliberais retomaram o controle integral do governo e desde então vem destruindo aquilo que fora feito desde 2003, desmontando os aspectos positivos da Constituição de 1988 e retomando a destruição da “herança varguista”, com destaque para a Petrobrás e a CLT.

A classe dominante, através do governo golpista, do parlamento e do judiciário, está tomando medidas que, se forem levadas até o fim, vão dinamitar as bases que tornavam – mesmo que incorreta – “factível” uma estratégia de mudanças sem rupturas.

Estas bases são: um movimento sindical forte; um partido político legal e de massas; uma legislação eleitoral que permitia a formação de bancadas parlamentares de esquerda expressivas; o reconhecimento da possibilidade das lideranças da esquerda disputarem e vencerem as eleições presidenciais; uma legislação que permitia ampliar a oferta de políticas públicas; um aparato estatal que permitia reorientar em alguma medida os investimentos privados; um patamar de crescimento que permitia algum tipo de redistribuição de renda. Ao destruir ou limitar tudo isto, a classe dominante está tornando inviável qualquer estratégia que busque fazer mudanças sem rupturas. Importante dizer que isto não ocorre apenas no Brasil, nem mesmo na América Latina: é um processo mundial. E reflete algo mais profundo: a resistência do capitalismo contemporâneo à reforma de si mesmo.

Frente a esta situação, uma parte da esquerda defende uma política que, se aplicada, nos faria voltar ao *status quo* da esquerda brasileira antes de 1980. Ou seja: a de força auxiliar dos setores de “centro”, contra os setores de direita; de força auxiliar de uma suposta burguesia nacional e produtiva, contra o imperialismo.

Outra parte da esquerda aposta na demolição do PT, sem perceber que daí resultaria não a ascensão de outra esquerda com capacidade hegemônica, mas sim a redução da influência de toda a esquerda. O que adiaría, para um futuro longínquo e incerto, qualquer possibilidade de implementar um programa democrático, popular e socialista.

Da nossa parte, defendemos que o PT, como principal partido da esquerda brasileira, adote outra estratégia. O ponto de partida desta estratégia é o seguinte: para implementar um programa de desenvolvimento, soberania nacional, bem-estar social e democracia popular, precisaremos enfrentar e derrotar o imperialismo e a classe capitalista brasileira, em particular seu setor oligopolista, financeiro e transnacional; para isso, precisaremos construir e manter, na sociedade brasileira, uma hegemonia material, política e cultural da classe trabalhadora e seus aliados; nosso êxito cultural, político e econômico dependerá de sabermos combinar medidas capitalistas com medidas anticapitalistas; portanto, nosso programa e nossa estratégia visam construir uma alternativa socialista para os dilemas postos diante do Brasil.

Não se trata, pois, de manter uma *estratégia para mudar sem rupturas*; nem se trata de ressuscitar uma *estratégia para fazer reformas estruturais nos marcos do capitalismo*; do que se trata é construir, na teoria e na prática, uma *estratégia que permita conquistar o poder para iniciar a transição socialista*.

No momento, o PT está travando uma batalha para tentar impedir que o golpismo tenha êxito. Para termos vitória nesta batalha, precisamos eleger Lula presidente em 2018. Se tivermos êxito, o terceiro mandato de Lula será obrigado a adotar outra política, diferente daquela aplicada em 2003. E só conseguiremos implementar futuramente outra estratégia, se começarmos desde já.